

# COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO COMO CRÍTICA À COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

## CRITICAL INFORMATION LITERACY AS A CRITICISM TO INFORMATION LITERACY

Arthur Coelho Bezerra<sup>1</sup>  
Marco Schneider<sup>2</sup>  
Gustavo Silva Saldanha<sup>3</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo formular uma crítica à noção de “competência” que subjaz o conceito de “competência em informação” (*information literacy*), mediante uma análise da noção institucional do termo em perspectiva histórica – desde a sua proposição em documento governamental norte-americano, na década de 1970, até seu desenvolvimento por instituições internacionais relevantes para os campos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, como a Association for College and Research Libraries (divisão da American Library Association) e a International Federation of Library Associations and Institutions. No plano metodológico, a pesquisa é desenvolvida por meio de: a) um diagnóstico diacrônico, observando o contexto de formação dos discursos institucionais que futuramente virão desenvolver o conceito; e b) um diagnóstico sincrônico, orientado para a análise crítica do contexto de aparecimento da “competência em informação” como categoria independente. A partir desta avaliação, que atende a um dos principais objetivos dos estudos de “competência crítica em informação” (*critical information literacy*), busca-se contribuir para uma reflexão que permita a superação dos obstáculos semânticos que instrumentalizam os preceitos da competência em informação (muitas vezes com vista a adaptá-los a interesses governamentais e mercadológicos) e a conquista dos horizontes ético-políticos de liberdade e autonomia informacional de indivíduos e comunidades no regime de informação contemporâneo.

**Palavras-chave:** Competência crítica em informação. Competência em informação. Teoria crítica. Emancipação social.

### ABSTRACT

This article aims to formulate a critique of the notion of “literacy” that underlies the concept of “information literacy”, through an analysis of the institutional notion of the term in historical perspective - since its proposition in a US government document in the 1970s until its development by international institutions relevant to the fields of librarianship and information science, such as the Association for College and Research Libraries (division of the American Library Association) and the International Federation of Library Associations and Institutions. At the methodological level, the research is developed through: a) a diachronic diagnosis, observing the context of formation of the institutional discourses that will develop the concept in the future; and b) a synchronous diagnosis, oriented to the critical analysis of the context of the emergence of “information literacy” as an independent category. From this evaluation, which meets one of the main objectives of the studies of “critical information literacy”, we seek to contribute to a reflection that allows overcoming the semantic obstacles that instrumentalize the precepts of information literacy (often adapting them to governmental and market interests) and the conquest of the ethical-political horizons of freedom and informational autonomy of individuals and communities in the contemporary information regime.

**Keywords:** Critical information literacy. Information literacy. Critical theory. Social emancipation.

Artigo recebido em 8/06/2019 e aceito para publicação em 8/08/2019.

- 1 Pesquisador Titular do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Brasil. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: arthurbezerra@ibict.br.
- 2 Pesquisador Titular do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Brasil. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Bolsista de Produtividade do CNPq. E-mail: art68schneider@gmail.com.
- 3 Pesquisador Titular do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Brasil. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: saldanhaquim@gmail.com.

## 1 INTRODUÇÃO

Alguns dos correntes entendimentos do senso comum em relação à palavra “crítica” podem sugerir uma interpretação pejorativa do título deste artigo. Que fique claro: a intenção da presente análise não é invalidar o conceito de “competência em informação”, e muito menos o lastro de experiências desenvolvidas em práticas informacionais, por diferentes países, instituições e profissionais, ao longo das últimas quatro décadas. A crítica, nos termos aqui propostos, traz o sentido que lhe foi atribuído por certa tradição filosófica que ganha contornos específicos na Alemanha durante o período da Modernidade, especialmente a partir da filosofia crítica de Immanuel Kant (2001) e mormente com a obra de Karl Marx (1985, 2002, 2003). Para Kant, trata-se de submeter a própria faculdade humana de ser racional a uma autocrítica de suas pretensões possíveis, no intuito de preservar-se de se iludir em seus próprios jogos de palavras sobre a relação entre o que parece racional e o que efetivamente o é. Com Marx, a crítica filosófica desdobra-se em uma perspectiva social propositiva nos termos de sua crítica da economia política, desdobramento que Marx muito deve a Georg Hegel (e este, por sua vez, a Kant).

A partir do século XX, diferentes desenvolvimentos de tais perspectivas filosóficas contribuem para a configuração de novas pegadas epistemológicas no norte e no sul do mundo. A colaboração deste artigo para o arcabouço do pensamento crítico em Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI), em geral, e para os estudos de competência crítica em informação, em particular, consiste em um convite à reflexão sobre algumas definições institucionais do conceito de competência em informação (cf. ACRL, 1989, 2000, 2016; IFLA, 2008, 2011, 2012), reconhecendo suas potencialidades imanentes e transcendentais, seus méritos na orientação de práticas informacionais e sua contribuição para a emancipação social dos indivíduos no bojo dos regimes informacionais dominantes. Mas trata-se, também, de apontar suas fragilidades e limitações, suas incompletudes e vácuos abertos pela miopia de orientações conceituais imprecisas ou tendenciosas, seus desvios de rota causados pela força das correntes dominantes da racionalidade instrumental científica.

Conforme aponta Eamon Tewell em sua revisão historiográfica do uso da expressão *critical information literacy*, é a perspectiva de avaliação crítica das convenções e normas da *information literacy*, bem como o encorajamento à luta dos estudantes contra as estruturas de poder que sustentam a produção e a disseminação dominante da informação, que distinguem a

competência crítica em informação de concepções tradicionais de competência em informação (TEWELL, 2015, p. 25). Em tal sentido, a crítica à competência em informação aqui proposta almeja contribuir para uma reflexão com vistas à superação dos obstáculos semânticos que instrumentalizam os preceitos da competência em informação (muitas vezes com vista a adaptá-los a interesses governamentais e mercadológicos) e a conquista dos horizontes ético-políticos de liberdade e autonomia informacional de indivíduos e comunidades no regime de informação contemporâneo.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A investida metodológica desta pesquisa tem como ponto de partida uma análise da noção institucional de competência em informação em perspectiva histórica, desde a sua proposição em documento governamental nos Estados Unidos, na década de 1970, até usos e instruções normativas mais recentes do conceito em publicações da Association for College and Research Libraries (ACRL), divisão da American Library Association (ALA), e da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA).

Admitindo o argumento de Elisabeth Dudziak de que as políticas norte-americanas sobre a competência em informação devem ser compreendidas no contexto (e como resultado) da “trajetória social, econômica e política que conduziu ao estabelecimento de um novo regime de informação nos Estados Unidos” (DUDZIAK, 2016, p. 20), entende-se que a contextualização dos sentidos institucionais conferidos ao termo pode auxiliar no preparo do terreno para o principal objetivo deste artigo: propor uma crítica ao conceito institucional de competência em informação, mobilizando reflexões da tradição filosófica e historiográfica moderna alemã e de sociólogos e filósofos contemporâneos do Brasil e de outras partes do mundo.

O percurso metodológico do diagnóstico aqui proposto é tecido por duas vias: uma diacrônica, outra sincrônica. A primeira nos conduz ao coração espaço-temporal de nascimento da ALA, no final do século XIX, apontando-nos o rastro das teorias da referência e da leitura entre Estados Unidos, França e Rússia como trilhas abertas ao desenvolvimento de uma potencial teoria crítica da relação entre sujeito, saber e técnica. O diagnóstico sincrônico, por sua vez, nos leva ao cerne teórico-institucional de tessitura da noção, ou seja, aos anos 1970, contexto de desenvolvimento neoliberal do conceito de “competência em informação”.

### 3 DIAGNÓSTICO DIACRÔNICO: práxis e competência em conflito

A historicidade das ações da ALA que resultam no desenvolvimento da noção de “competência em informação” tem, claramente, do ponto de vista de uma economia política dos estudos informacionais, dois pêndulos políticos: o liberalismo humanista e o neoliberalismo mecanicista. Ambos não são isolados, porém não se sobrepõem a ponto da crista perder-se em um só prisma na superfície do modelo capitalista ocidental anglo-americano.

A história da “competência” (no uso de serviços e sistemas bibliográficos, posteriormente apenas “da informação”) na ALA tem relação histórica com o conceito de biblioteca pública, suas tecnologias e sua práxis. O ano-chave para a compreensão dessa construção é justamente o ano de fundação da própria Associação, 1876. Trata-se de um contexto, antes de revelador da enorme instituição que se constituía demarcado pela integração de práticas, já em desenvolvimento no território estadunidense ao longo das décadas anteriores, principalmente a partir da metade do século XIX.

Constitui-se aqui a invenção da necessidade do bibliotecário como cofundador da democracia. E a noção de biblioteca pública (condicionada à materialidade da biblioteca, porém fundada na abertura de que todas as práticas de acesso ao conhecimento registrado estariam contidas neste conceito, ou seja, “biblioteca pública” como método, e não apenas como instituição) representará a ferramenta necessária para o desenvolvimento desta estaca do regime liberal humanista: um modo de acreditar na distribuição equitativa de bens sociais e culturais. Conforme Quincy (1876), o uso dos livros e dos sistemas bibliográficos estaria relacionado diretamente ao próximo desenvolvimento econômico e democrático do país.

Quando a nossa instrução pública dá o poder de habitar a língua inglesa com facilidade, e de escrevê-la com algum conhecimento das delicadezas do seu vocabulário, quando se percebe que o seu verdadeiro fim é facilitar e sistematizar o uso de livros públicos, o custo da educação popular será recompensado em um avanço social que hoje parece estar em futuro obscuro (QUINCY, 1876, p. 389, tradução nossa)

A historicidade da prática biblioteconômica do “serviço de referência” em relação às “obras de referência” e aos “sistemas bibliográficos” já demarcada ali, em 1876, torna-se a base do que futuramente abordar-se-á como “competência”. As demandas por *instruction* (ou a Biblioteconomia como uma *episteme* irmã da Educação) partem da disponibilidade de bibliotecas de livre acesso, da presença de obras de referência e de instrumentos de pesquisa (como catálogos), da condição de aprendizagem para o uso de tais dispositivos técnico-intelectuais (como as obras de referência e os

catálogos), e, por fim, das condições de transformação dos sujeitos no plano da cidadania a partir do acesso ao conhecimento registrado via bibliotecas públicas.-

É fundamental compreender que este ano de criação da ALA, 1876, é justamente o mesmo da grande exposição da Filadélfia, marco na divulgação do desenvolvimento tecnológico estadunidense. Tendo o telefone como sua mais impressionante invenção apresentada, uma técnica para a comunicação humana, os construtos do “trabalho livre” e da “tecnologia” (PESAVENTO, 1994) eram os dois elementos centrais de toda a exposição. É nesse contexto que tecnologias intelectuais – fontes teórico-técnicas de identificação e de produção de informação, como a sistemática da classificação – são desenvolvidas e apresentadas no âmbito da Biblioteconomia. As condições de manipulação de tais ferramentas – futuramente, “competências” – tornar-se-ão preocupação imediata desde então, articulando formação (continuada) e técnica.

Faz-se, pois, necessário compreender que este movimento se recobria de um humanismo centralizador – como todo humanismo, focado (dentre outros elementos) justamente na técnica. No entanto, os fins utópicos vinculavam-se objetivamente ao desenvolvimento de cidadãos e cidadãs capazes de progredir junto da sociedade livre e democrática, com acesso amplo e irrestrito ao conhecimento.

Em paralelo a esse movimento, vê-se desenvolver na França e na Rússia, no final do século XIX, o mesmo ideal das bibliotecas públicas, com um foco plural e o exercício direto na preocupação com a alfabetização e a leitura. Aqui encontraremos nomes como Eugène Morel, pela França, e Nicolas Roubakine (Rubakin), pela Rússia, interessados diretamente em um modo de transformação social pela via do conhecimento registrado e tornado publicamente acessível pela materialidade das bibliotecas públicas. Desenvolver-se-á, pela via francesa e pela via russa, uma compreensão dos estudos de leitura como fundacionais no processo democrático e na invenção da cidadania. A capacidade de leitura do mundo na *polis* moderna dependeria, pois, inicialmente, da alfabetização e, posteriormente, da formação contínua do leitor, sendo a biblioteca pública um ambiente fundamental para tal contexto de mutação.

As teorias da referência (ou do serviço de referência) e da leitura (sempre acompanhada das políticas de alfabetização e acesso público ao livro) constituem-se duas unidades de medida crítica para o desenvolvimento do liberalismo humanista nos casos estadunidense, francês e, no caso russo, de uma futura revolução socialista. Essa dinâmica abrirá o horizonte da práxis biblioteconômico-informacional para o desenvolvimento de experiências sociais da biblioteca pública, das bibliotecas itinerantes e dos projetos orientados para a luta contra a desigualdade e acesso equitativo aos bens culturais.

A IFLA, fundada em 1927, é fruto desse mesmo liberalismo humanista. Sua atuação desde então, até a participação no debate sobre a “competência em informação”, está relacionada ao desenvolvimento das práticas orientadas para uma transformação social do global para o local, e do local para o global, através da práxis biblioteconômica. Resultados deste movimento serão os futuros grupos de interesse e de pesquisa orientados para mulheres, para comunidades LGBTQ, para história local e para a documentação indígena.

Do desdobramento da “referência” (da biblioteca pública para a educação continuada em contextos sociais oprimidos) e da “leitura” (como teoria e método de emancipação) sobressairão pesquisas e ações ao longo do século XX em bibliotecas e/ou mediante bibliotecárias, bibliotecários e ações biblioteconômicas que ganharão evidência a partir de uma teoria crítica, orientados, por exemplo, pela fundamentação marxiana e paulo-freiriana. É o caso arquetípico do âmbito das bibliotecas itinerantes do Carro Biblioteca da UFMG e o conceito de informação social (REIS, REZENDE, 1995), cuja correlação estabelecida entre leitura e acesso ao computador (antes da existência do computador em rede) demarcava nos anos 1980 no Brasil o jogo de complementariedade da formação crítica entre referência e leitura, ou no duplo continente-conteúdo.

Tais abordagens ligadas à biblioteca pública itinerante, ainda sem a incorporação da teoria crítica de modo explícito, já estavam descritas nas projeções de 1876 nos Estados Unidos, ligadas ao papel do Estado, como na França e na Rússia, como fundamentais para o desenvolvimento de uma dada “cidadania informacional” (acesso e construção de uma formação contínua para o acesso ao conhecimento registrado). Esse movimento estruturado no liberalismo humanista está relacionado à própria formação e justificação epistemológica para a existência do campo hoje internacionalmente tratado como *Library and Information Science*. Em outros termos, a articulação entre referência & leitura representa um dos argumentos para a existência da *episteme* que sustentará, futuramente, o próprio conceito de “competência em informação”, mas agora sob nova economia política epistemológica.

A partir do mecanicismo informacional, refundado na perspectiva eletrônica da Segunda Guerra Mundial, compreende-se a formação de um modo não apenas técnico, mas técnico-econômico-político de redefinição da estrutura social. Essa relação será uma das bases do chamado neoliberalismo, condicionado à tentativa de destruição justamente do papel central do Estado na construção (informacional) do cidadão. A práxis informacional interessada, por exemplo, na re-humanização da própria humanidade (ROUBAKINE, 1998), dados os fracassos do desenvolvimento liberal desenfreado, se redireciona, pois, para a neutralidade da técnica como crença no progresso autônomo da experiência

social. E o próprio escopo de conformação da *episteme* em questão é ocultado, em prol de um novo mito de pioneirismo: a informação científica em formato eletrônico.

Como toda lente conceitual ou teórica de um campo, a informação científica em formato eletrônico dá-nos, como um *aleph* momentâneo, a possibilidade, pelo espectro, de compreender a dinâmica e as mazelas de construção de uma dada ciência. Compreender o neoliberalismo informacional é, por exemplo, deitar sob as lentes da epistemologia histórica o conceito de “competência em informação” e analisá-lo criticamente em sua constituição. É justamente entre os anos 1960 e 1970 que o discurso de uma nova *Information Science* estabelecer-se-ia de modo sincrônico, contra a diacronia que fundara as possibilidades institucionais, teóricas e metodológicas do campo, e favorável ao rápido desenvolvimento do discurso de destruição da necessidade do Estado como propulsor do desenvolvimento social.

No *aleph* que nos interessa dentro do laboratório da economia política, a “competência em informação” surge como argumento neoliberal para:

- “Dessignificação” da narrativa da carreira do bibliotecário: a práxis do bibliotecário em sua condição social se formaliza agora como responsável não pela intervenção no real (formação crítica do bibliotecário – também ele – como leitor), mas como resposta imediata à aplicação dos modelos-de uso infotécnico;
- Destituição da vivência do “usuário” e morte do “público”: queda da narrativa e da compreensão da experiência do outro pela procura pela formalização de diretrizes gerais para constituição do sujeito-modelo no uso das novas técnicas, sendo este outro entregue ao discurso mercadológico contra o “público” oriundo do papel estatal não de regulador, mas de promotor da igualdade e da justiça;
- Derrocada da história e retirada da forma: a marca da informação científica e cientificante na articulação do bibliotecário e do usuário distancia sujeitos “competentes” e sujeitos “incompetentes” (há os que sabem manipular as novas infotécnicas, e os que não sabem), anula a história bibliográfica “putrefata” do livro (só existe futuro no próximo número do periódico científico por vir), impõe uma linha imaginária da neutralidade entre saber-fazer e o fazer-saber, informando (retirando a ontologia) a racionalidade do ser social do sujeito-bibliotecário e do sujeito-leitor.

As teorias da referência e da leitura são, nesse movimento, reconfiguradas (e década a década perdem espaço para uma dada teoria da “competência em informação”). A biblioteca pública (como

conceito emancipatório) perde seu valor social (e econômico). No *aleph* da reconfiguração epistemológica do então centenário campo (entre a Exposição Universal da Filadélfia, por exemplo, em 1876, e 1974, quando da publicação do relatório pioneiro sobre *information literacy*), a “competência em informação” (excelente tradução econômico-política do fenômeno em vigência ali, na segunda metade do século XX), representa a vitória do neoliberalismo técnico-político aplicada teórico-metodologicamente dentro de uma *episteme*.

No jogo de confrontação histórica, a dialética que se instaura no campo antevê, como no pensamento de Mostafa (1985), e vê (como no foco das publicações do campo a partir dos anos 1980 e, no caso brasileiro, principalmente nos anos 1990, a década definitiva do neoliberalismo no país) o desenvolvimento de uma perspectiva a-histórica do sujeito no contexto informacional em paralelo ao decréscimo de estudos sociocríticos. Como exemplo, a resposta mais clara, no âmbito da economia política da epistemologia da Ciência da Informação no Brasil, estará dada justamente em um conceito fundado na práxis: a biblioteca comunitária.

Longe do Estado (reduzido, descartado e condenado pelo neoliberalismo) e da universidade (produtora de competências em informação para o seu próprio consumo e descarte métrico), a biblioteca comunitária surge sem bibliotecários, sem dinheiro público e sem teorias e metodologias consagradas nos laboratórios acadêmicos. Seu foco são as narrativas, e não a informação; seu horizonte está simplesmente na ação de jovens de periferia interessados em ler e aprender a usar históricas e atuais tecnologias, multiplicando tais construtos em seus vizinhos, todos marcados pelo racismo, pela opressão e pela violência. Na reflexão de Machado (2009, p. 89), as bibliotecas comunitárias são criadas com foco no combate à exclusão social e tecidas sem vinculação direta aos poderes públicos. Restitui-se, aqui, a práxis (ação concreta coletiva na transformação do mundo) no lugar da competência (individualismo técnico auto-sabotador).

[...] são bibliotecas criadas efetivamente pela e não para a comunidade, como resultado de uma ação cultural. 2. a perspectiva comum do grupo em torno do combate à exclusão informacional como forma de luta pela igualdade e justiça social. 3. o processo participativo gerando articulação local e forte vínculo com a comunidade. 4. a referência espacial: estão, em geral, localizadas em regiões periféricas. 5. o fato de não serem instituições governamentais, ou com vinculação direta aos Municípios, Estados ou Federação. (MACHADO, 2009, p. 89, grifo da autora)

Assim, no Brasil, a Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RNBC) constitui-se na década de 2000, após o avanço do neoliberalismo no país, como uma resposta histórica à a-histórica epistemologia do campo, religando o ideal do liberalismo humanista à teoria crítica da leitura, restituindo



a práxis contra a competência sem forma. No mesmo período, as primeiras pesquisas brasileiras sobre *information literacy* são publicadas em periódicos científicos de Biblioteconomia e Ciência da Informação (CAREGNATO, 2000; CAMPELLO, 2003; DUDZIAK, 2003).

#### **4 DIAGNÓSTICO SINCRÔNICO: crítica à competência**

Pesquisadores e estudantes em BCI apresentam diferentes formas de converter para o português o termo *information literacy*, tendo este sido traduzido como alfabetização informacional, competência em informação (ou informacional), letramento informacional e, em Portugal, literacia da informação. Dentre tantas possibilidades, “competência em informação” é a tradução usada na maioria das publicações, eventos acadêmicos, grupos e linhas de pesquisa sobre o tema da *information literacy* no Brasil (cf. BEZERRA; BELONI, 2019).

O surgimento do termo está associado ao período de intenso desenvolvimento tecnológico dos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial e ao longo da Guerra Fria, que provoca alterações nos vínculos entre a indústria da informação e as bibliotecas daquele país, mobilizando a realização de avaliações do papel destas como recursos para atividades acadêmicas e como centros de disseminação de conhecimento (DUDZIAK, 2016). Para atender a tais demandas, em 1970 é criada a Comissão Nacional de Bibliotecas e de Ciência da Informação, que seria responsável, em 1974, pela publicação de um relatório que se torna pioneiro no uso da expressão *information literacy*. Assinado por Paul G. Zurkowski, o documento propõe uma discussão acerca das relações do Programa Nacional de Bibliotecas e Serviços de Informação com a informação industrial e com o que o autor chama de *information literacy*, termo apresentado como solução para o excesso de informação que comprometeria a capacidade de seleção dos indivíduos. Segundo Zurkowski, indivíduos competentes em informação (*information literates*) seriam aqueles que “aprenderam técnicas e habilidades para a utilização da vasta gama de ferramentas de informação, bem como de fontes primárias para moldar soluções de informação para seus problemas” (ZURKOWSKI, 1974, p. 9, tradução nossa).

Nos anos posteriores à publicação, pesquisadores e profissionais da informação se dedicam a contribuir para desenvolver o conceito e instituir novas práticas, no sentido de atender às demandas de desempenho de bibliotecas e serviços de informação. A racionalidade técnica que subjaz a chamada “era da informação” faz com que a perspectiva crítica permaneça na penumbra dos objetivos instrumentais

da *information literacy*, sendo o farol unidirecional do neoliberalismo da década de 1980 responsável por iluminar os caminhos institucionais do conceito.

Criado em 1987 pela American Library Association (ALA) para definir o conceito de “competência de informação” e projetar modelos para o desenvolvimento de suas habilidades inerentes, o Presidential Committee on Information Literacy publica, em 1989, o relatório que se tornaria referência para um grande número de pesquisadores em BCI. Eis o vaticínio do amplamente citado documento:

Competência em informação é uma habilidade de sobrevivência na Era da Informação. Em vez de se afogar na abundância de informação que inunda suas vidas, pessoas competentes em informação sabem como encontrar, avaliar e utilizar as informações de forma eficaz para resolver um determinado problema ou tomar uma decisão – não importa se a informação selecionada venha de um computador, um livro, uma agência governamental, um filme ou qualquer outra fonte possível (ACRL, 1989, s/p, tradução nossa)

Ao longo de muitos anos, as linhas gerais dessa definição não sofreram grandes alterações. O *Information Literacy Competency Standards for Higher Education*, aprovado em 2000 pela ACRL, define a “competência em informação” como um “conjunto de habilidades que permite que os indivíduos reconheçam quando a informação é necessária e tenham a habilidade de localizá-la, avaliá-la e utilizá-la de forma eficaz” (ACRL, 2000, s/p, tradução nossa). Documentos da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA, 2008; 2011; 2012) reforçam as ações de busca, acesso, avaliação e utilização no espectro da competência em informação, destacando a importância do uso “eficaz e eficiente”, da “avaliação crítica” e do “uso ético” da informação (ainda que sem grandes desenvolvimentos ou reflexões para além da mera apresentação de tais “competências”).

A crítica proposta à ideia de “competência” que subjaz o conceito de *information literacy* dirige-se sobretudo ao seu caráter eminentemente instrumental, que converte o aprendizado relacionado à aquisição da dita competência em algo maquínico, pouco reflexivo, muito operacional e, em última análise, subordinado ao mercado. Tal subordinação se dá, de forma subjetiva, na medida em que não se apresenta como tal, e sim como um jogo livre de sujeitos aparentemente iguais perante à lei, supostamente cientes do que está em jogo. Todos se encontrariam então voltados tacitamente à produção do bem comum, enquanto conscientemente buscam a satisfação de seus objetivos pessoais imediatos, sejam estudantes, empresários, tecnocratas ou trabalhadores braçais, como se não houvesse nenhuma contradição estrutural nesse processo e entre esses agentes.

Em que pese a contribuição de pesquisadoras e pesquisadores para a inserção do “pensamento crítico” no rol de habilidades da competência em informação (DUDZIAK, 2008, 2016; BEZERRA; BELONI, 2019), sua ênfase nos documentos da ALA e da IFLA acaba se mostrando relacionada à ideia

de “aprendizado ao longo da vida” (*lifelong learning*), no sentido de “enfrentar os desafios tecnológicos, econômicos e sociais, para reverter a desvantagem e incrementar o bem-estar de todos” (IFLA, 2011, s/p). Porém, é ética e semanticamente necessário destacar que o aparentemente inofensivo foco na “aprendizagem centrada no indivíduo” responde ao desiderato do neoliberalismo responsável pela desregulamentação de empresas e instituições financeiras, em detrimento das garantias de condições laborais conquistadas pelos trabalhadores. Em tal contexto, aos indivíduos é concedida a liberdade do empreendedorismo e imputada a responsabilidade pelo eventual fracasso de seus projetos de vida. Para enfrentar desafios tecnológicos e reverter desvantagens, cabe ao indivíduo ser “competente” em informação, estando isentos de qualquer prestação de contas os verdadeiros responsáveis pelas desigualdades econômicas e sociais que venham a se abater sobre o indivíduo considerado “incompetente”.

Assim opera o que a filósofa Marilena Chauí denomina “ideologia da competência”, uma máscara que “oculta a divisão social de classes ao afirmar que a divisão social se realiza entre os competentes (os especialistas que possuem conhecimentos científicos e tecnológicos) e os incompetentes (os que executam as tarefas comandadas pelos especialistas)” (CHAUÍ, 2003, p. 105). Nos domínios da falácia meritocrática, não há qualquer pessoa a ser culpada pelo eventual fracasso que não seja o próprio fracassado: “o desempregado, ignorando o que se passa e orientando-se pelo que foi incutido pela ideologia, sente-se culpado pelo desemprego, humilhado e num beco sem saída” (CHAUÍ, 2003, p. 108). Para a bibliotecária Maura Seale, semelhante ideologia leva ao entendimento de que, se uma pessoa não consegue um trabalho bem pago, é porque não buscou com suficiente afinco a competência em informação (SEALE, 2013, p. 49).

As noções dominantes de competência em informação reforçam e reproduzem a ideologia neoliberal, que investe na consolidação de riqueza e de poder da classe alta, através da espoliação e opressão das não-elites. O neoliberalismo é fundamentalmente antidemocrático e desinteressado na justiça social; um engajamento com críticas da produção de conhecimento e do neoliberalismo por teóricos críticos e estudiosos da educação é o primeiro passo no desenvolvimento de uma noção de competência em informação que seja criticamente envolvida, contextualizada e promova a justiça social (SEALE, 2013, p. 40, tradução nossa)

Pesquisadora das relações entre teoria crítica e Biblioteconomia, Seale aponta os nós que amarram, no relatório do comitê presidencial da ALA de 1989, a noção de competência em informação a expressões como “necessidades comerciais”, “ambiente econômico”, “um bom emprego” e “a capacidade de nossa nação de competir internacionalmente” (*apud* SEALE, 2013, p. 48, tradução nossa). Em tal sentido, “competência” e “aprendizado ao longo da vida”, assim como a substituição generalizada

no mercado de trabalho das denominações “empregado” ou “trabalhador” por “colaborador”, originárias do jargão gerencial, têm se convertido, especialmente nas últimas décadas, em eufemismos maliciosos – entre outras cartadas político-semânticas da luta de classes – promovidos como parte da retórica neoliberal, no sentido de fazer soar positivamente a imposição de adaptação perpétua dos sujeitos às flutuações do mercado, cujo vetor dominante é a flexibilização das relações laborais num contexto de fragilização legal crescente do trabalho face ao capital, em meio a uma cada vez mais interdependente divisão internacional do trabalho. Para o sociólogo Ricardo Antunes (2018), com salários menores e jornadas de trabalho prolongadas, as novas modalidades de trabalho calcadas na terceirização de serviços vêm assumindo um destaque crescente, “não só no mundo da produção material mas na *circulação do capital e agilização das informações*” (ANTUNES, 2018, p. 32, grifos do autor):-

Ao contrário da eliminação completa do trabalho pelo maquinário informacional-digital, estamos presenciando o advento e a expansão monumental do *novo proletariado da era digital*, cujos trabalhos, mais ou menos intermitentes, mais ou menos constantes, ganharam novo impulso com as TICs, que conectam, pelos celulares, as mais distintas modalidades de trabalho. Portanto, em vez do *fim do trabalho na era digital*, estamos vivenciando o *crescimento exponencial do novo proletariado de serviços*, uma variante global do que se pode denominar *escravidão digital* (ANTUNES, 2018, p. 30, grifos do autor).

O processo em curso remete à crítica marxiana à lógica do capital ser, ao cabo e ao rabo, indiferente não só à dignidade ou à sobrevivência da trabalhadora e do trabalhador, mas mesmo ao valor de uso, ou seja, à própria utilidade – propriedade da mercadoria, incluindo a mercadoria força de trabalho, de satisfazer necessidades humanas, “do estômago ou da fantasia”, como diria Marx (2002) – efetiva ou potencial de quem produz e do que se produz, o que é indispensável tanto à reprodução da vida humana quanto ao próprio capital. Trata-se, afinal, de uma sociedade humana e humanos têm necessidades, muitas e plásticas, qualitativamente diferenciadas, enquanto o capital, essa lógica sistêmica totalitária de produção e realização da mais valia embutida em dado valor de troca na forma de lucro monetário, só tem uma: crescer. As necessidades humanas, sob tal regra em si implacável, devem ser satisfeitas somente na medida em que sua satisfação atenda ao imperativo último do sistema capitalista: a reprodução ampliada do capital. Restrições a esse imperativo serão políticas, culturais ou estéticas, mas não propriamente econômicas, nos termos estritos da lógica sistêmica em questão.

Essa indiferença essencial do capital a tudo que não atenda, da maneira mais eficaz e eficiente possível, aos seus objetivos de reprodução ampliada, sobretudo em suas variantes historicamente mais desreguladas, faz com que montantes imensos de capital – recursos financeiros, tecnológicos, humanos – tendam a ser destruídos ou deslocados de uma atividade produtiva a outra, de uma região geográfica

a outra, conforme as perspectivas mais favoráveis de lucro a curto e médio prazos, tendo somente em conta as condições técnicas e políticas indispensáveis a esse movimento, ou constantemente subvertendo-as, com intensidades variáveis de violência, restando secundários, irrelevantes ou hostis os demais fatores econômicos e não diretamente econômicos intervenientes em um momento dado do processo, dentre os quais destacamos a saúde inteira de economias regionais ou nacionais, bem como questões ligadas à preservação de recursos naturais, culturas e habilidades laborais.

Em outras palavras, o apelo ao aprendizado continuado e à competência, nessa abordagem analítica, significa um amaciamento semântico, consciente ou não, da duríssima imposição sistêmica de adaptação prática constante do elemento humano das forças produtivas – habilidades adquiridas, estudos, técnicas, culturas profissionais, costumes, limites físicos e psíquicos – ao arbítrio dessas flutuações, exigindo do sujeito trabalhador a capacidade de reinventar-se, em uma medida sempre arriscada, às demandas dos capitais mais “competentes” a cada momento de uma epopeia neociberdantesca. Para o filósofo Byung-Chul Han, os adoecimentos neuronais do século XXI, como ansiedade, stress, depressão e *burnout* (esgotamento), dentre outras manifestações patológicas, são efeitos da pressão por desempenho que encarna um novo mandato da sociedade contemporânea, que transforma o sujeito em um “*animal laborans* que explora a si mesmo e, quiçá deliberadamente, sem qualquer coação estranha. É agressor e vítima ao mesmo tempo” (HAN, 2017, p. 28, grifos do autor).

Tal epopeia vem conduzindo a tudo e todos à entropia socioambiental e, no limite, ao suicídio do próprio capital enquanto regulador sociometabólico (MÉSZÁROS, 2002) minimamente viável, ainda que em seus próprios termos, como o demonstra de modo insofismável e com terrível eloquência a crescente degradação da natureza e da opinião pública esclarecida, guerras sem fim e a pauperização crescente de bilhões de vidas humanas ao redor do mundo, combustível composto e resultado de uma concentração de renda sem precedentes, cujos beneficiários irresponsavelmente conduzem a cena, com o apoio de asseclas oportunistas que mordem as beiradas e multidões de inocentes úteis.

Em uma formulação do Capítulo VI (inédito) do *Capital*, Marx diagnostica a raiz econômica desse processo, em si mesmo, fora de controle, desvelando seu vetor dominante, a tendência mais poderosa do capital, ao demonstrar em termos lógicos que o imperativo de sua reprodução ampliada, na medida em que requer a circulação infinitamente crescente da mercadoria, “como forma universalmente necessária do produto”, faz a propriedade deste último de satisfazer necessidades humanas aparecer “como algo inteiramente fortuito, indiferente e não essencial”:

Este produto massivo terá que se realizar como valor de troca, sofrer a metamorfose da mercadoria não só como uma necessidade para a subsistência do produtor que produz como capitalista, mas também como necessidade para a renovação e continuidade do próprio processo (MARX, 1985, p.145)

Nos termos esclarecedores de István Mészáros:

As mais variadas qualidades do valor de uso devem ser subsumidas a quantidades determinadas de valor de troca, antes que possam adquirir legitimidade própria para serem produzidas; e devem constantemente provar a sua viabilidade – não em relação às necessidades humanas qualitativamente diferentes, mas sob os critérios estritamente quantitativos da troca de mercadorias (MÉSZÁROS, 2002, p.946-947)

A supostamente benfazeja “mão invisível do mercado”, a despeito das prováveis boas intenções do autor da metáfora, Adam Smith (pai do liberalismo, um iluminista, racionalista, autor de escritos morais e pessoalmente comprometido com o progresso social, ao contrário dos neoliberais de hoje), transformou-se ao longo dos dois últimos séculos em um deus mutante: cada vez menos sedento de sacrifícios humanos, como o foi nos séculos XIX e XX, sugador implacável de trabalho excedente; no XXI, devido à automatização dos processos de produção e circulação de mercadorias, concomitante à hegemonia do capital fictício, indiferente à carne humana viva, isto é, à mínima dignidade e mesmo à sobrevivência de bilhões de pessoas, que precisam adaptar-se a suas exigências – aprender ao longo da vida ou perecer.

*In God we trust* está escrito nas notas de dólar. Mas que deus é esse? Seria ele o melhor mediador possível das relações sociais, como prega o credo neoliberal, cada vez mais compatível com novas religiosidades irracionalistas, brutas, intolerantes e até apocalípticas, que dispensam sem pudor o projeto utilitarista liberal de um Stuart Mill, que propugnava o progresso e a felicidade para todos mediante o bom uso da razão? Ou seria apenas um argumento cínico, na melhor das hipóteses iludido, mas de qualquer forma legitimador de um processo global efetivamente distópico e entrópico, que solapa ou esmaga, cada vez com mais vigor, a emergência de alternativas civilizatórias, mesmo as conservadoras?

No pensamento de Marx, cabe lembrar, o conceito de capital significa ao mesmo tempo a lógica sistêmica dominante que determina as relações sociais sob o capitalismo e um conjunto de coisas que se metamorfoseiam sob essa lógica. O conceito é rigorosamente esmiuçado por Marx (2002, 2003) em sua polissemia, sobretudo no *opus magnum O Capital*, com mais rigor analítico do que fez o filósofo em relação a outros termos-chave de sua teoria, como luta de classes, ideologia e alienação. Para além do senso comum ou da *doxa* erudita dos economistas de plantão de várias

matizes teóricas, capital significa a lógica dominante de um processo histórico sistêmico, concreto e inconsciente que estrutura crescentemente as relações sociais e a cultura de todo o mundo nos últimos três ou quatro séculos.

Neste sentido, a construção da noção e dos efeitos práticos da “competência em informação” contribui sobremaneira para a sustentação de um conjunto dominante de práticas inconscientemente incorporadas – atravessando as esferas afetiva, cognitiva e axiológica –, que fortalecem os laços com as necessidades informacionais impostas pelo dominante. As formulações teórico-institucionais, desta maneira, reforçam a lógica sistêmica dominante do capital, ocultando as contradições internas do dito ser (in)competente perante a info-máquina sábia, autônoma e neutra.

## 5 CONCLUSÃO

Em que medida a “competência em informação” contribui para a nova modalidade de escravidão, a escravidão digital? Esta reflexão nos leva à compreensão das vias abertas pelo conceito e suas aplicações no horizonte hegemônico do capital sob a qual foi tecida sua estrutura. A crítica ao conceito se faz emergente, pois, perante seu esvaziamento intencional, parte da própria construção do neoliberalismo informacional. No plano diacrônico, vê-se o desvio do desenvolvimento das margens críticas de uma teoria da referência e uma teoria da leitura. No plano sincrônico, observa-se a vinculação estrutural e estruturante do neoliberalismo como fundador econômico político do conceito de “competência em informação”.

As considerações precedentes têm o intuito de contribuir para a proposta de pensar a competência crítica em informação como crítica construtiva, no uso mais corrente da expressão, às teorias e práticas relacionadas à ideia de competência em informação. Por um lado, no sentido de denunciar que a própria noção de competência precisa ser problematizada; por outro, no intento de indicar que as prescrições institucionais correntes entre nós de um uso crítico e ético da informação requerem o adensamento teórico necessário para que seus compromissos práticos não resultem inócuos ou mesmo contrários ao que se propõem.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES (ACRL). Framework for Information Literacy for Higher Education. Chicago: ACRL, 2016.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES (ACRL). Information Literacy Competency Standards for Higher Education. Chicago: ACRL, 2000.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES (ACRL). Presidential Committee on Information Literacy: Final Report. Chicago: ACRL, 1989.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BEZERRA, A. C.; BELONI, A. Os sentidos da “crítica” nos estudos de competência em informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 208-228, maio/ago. 2019

CAMPELLO, B. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 28-37, set./dez. 2003.

CAREGNATO, S. E. O desenvolvimento de habilidades informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital e em rede. **Revista de Biblioteconomia & Comunicação**, Porto Alegre, v. 8, p. 47-55, jan./dez. 2000.

CHAUÍ, M. Ideologia da competência. In: **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

DUDZIAK, E. A. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, abr. 2003.

DUDZIAK, E. A. Os faróis da sociedade de informação: uma análise crítica sobre a situação da competência em informação no Brasil. **Informação & Sociedade**. João Pessoa, v. 18, n. 2, 2008.

DUDZIAK, E. A. Políticas de competência em informação: leitura sobre os primórdios e a visão dos pioneiros da *information literacy*. In: ALVES, F. M. M.; CORRÊA, E. C. D.; LUCAS, E. R. O. **Competência em informação: políticas públicas, teoria e prática**. Salvador: EDUFBA, 2016.

HAN, B. C. **Sociedade do Cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2017.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. Faróis da Sociedade da Informação: declaração de Alexandria sobre competência informacional e aprendizado ao longo da vida. Haia: IFLA, 2008.



INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. Recomendações da IFLA sobre a literacia informacional e mediática. Haia: IFLA, 2011.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. The Moscow declaration on media and information literacy. Moscow: IFLA, 2012.

KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

MACHADO, E. C. Uma discussão acerca do conceito de biblioteca comunitária. **Revista digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 7, n. 1, p. 80-94, jul.dez. 2009.

MARX, K. **Capítulo VI Inédito de O Capital**: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes, 1985, p. 145.

MARX, K. **O Capital**. Livro I, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARX, K. **O Capital**. Livro I, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo e Campinas: Boitempo e Editora da Unicamp, 2002.

MOSTAFA, S. P. **Epistemologia da Biblioteconomia**. 1985. 147 f. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1985.

PESAVENTO, S. J. Imagens da nação, do progresso e da tecnologia: a Exposição Universal de Filadélfia de 1876. **Anais do Museu Paulista**, v. 2, p. 151-167, jan.dez. 1994.

QUINCY, J. P. Free libraries. In: EUA. **Public libraries in United States of America**; their history, condition, and management. Washington: Government Printing Office, 1876. p. 389-402.

REIS, A. S.; REZENDE, M. E. P. Escutando a comunidade: em discussão a extensão junto a camadas populares. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 24, n. 2, 1995.

ROUBAKINE, N. **Introduction a la psychologie bibliologique**, v. 1. Sofia: Association Internationale de Bibliologie, 1998.

SEALE, M. The Neoliberal Library. In: **Information Literacy and Social Justice: Radical Professional Praxis**. Library Juice Press, 2013, pp. 39-61.

TEWELL, E. A decade of critical information literacy: a review of the literature. **Communications in Information Literacy**, 2015, 9 (1), pp. 24–43.

ZURKOWSKI, P. Information Services Environment Relationships and Priorities. Related Paper, nº 5. Washington D.C: National Commission on Libraries and Information Science, 1974.